janeiro / fevereiro / março . série IX . número 1 . PVP €2,00

AMNISTIA INTERNACIONAL

DEFENDER OS DIREITOS FUNDAMENTAIS É

AGIR

PELOS DIREITOS HUMANOS

NESTA EDIÇÃO:

04
NOTÍCIAS DA DIREÇÃO

06
DOSSIÊ: LIBERDADE DE EXPRESSÃO / REFUGIADOS E MIGRANTES

18
APELOS MUNDIAIS

22
RELATÓRIO ANUAL 2017/18 DA AMNISTIA INTERNACIONAL

28
AS ESTRUTURAS A AGIR

Imagem da capa: Greve das mulheres no dia 8 de março de 2018, na cidade do México, para exigir o fim da violência contra as mulheres. © Itzel Plascencia López / Amnistía Internacional México

A AGIR é a revista da Amnistia Internacional Portugal publicada quatro vezes por ano.

FICHA TÉCNICA

Propriedade: Amnistia Internacional Portugal

Diretor: Pedro A. Neto (diretor-executivo)

Equipa Editorial:

Diretor - Paulo Fontes
Coordenação - Irene Rodrigues
Conceção gráfica - Ana Carina Figueiredo

Colaboram neste número: Ana Carina Figueiredo, Irene Rodrigues, Filipa Mourão, Filipa Santos, Maria do Céu Pires, Patrícia Filipe, Paulo Fontes e Pedro A. Neto

Revisão: José Alexandre Silva

Impressão: Gráfica Central de Almeirim, Lda.

AMNISTIA INTERNACIONAL

CONTACTOS
Amnistia Internacional Portugal
Rua do Remolares, 7 - 2.º
1200-370 Lisboa

revista@amnistia.pt
info@amnistia.pt
(assuntos relacionados com donativos mensais)

www.amnistia.pt

facebook.com/aiportugal

twitter.com/AmnistiaPT

instagram.com/amnistia_pt

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus signatários. Excluída de Registo pela ERC

EDITORIAL

IRENE RODRIGUES
Coordenadora editorial

A revista AGIR entrou numa nova fase. Na sequência da remodelação gráfica em que apostámos em 2017, caminhamos no sentido de melhorar os conteúdos, aumentar o número de páginas e complementar a informação escrita com o acesso a informação e conteúdos do nosso, também renovado, website. O objetivo último é que a revista AGIR funcione como uma ferramenta para membros, apoiantes e todas as pessoas que tenham contacto com ela e que a usem para defender os direitos humanos.

Este ano de 2018 é um marco muito importante para os direitos humanos. No dia 10 de dezembro celebram-se 70 anos da proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ao longo deste ano será oportuno lembrar os princípios nela inscritos e a necessidade da reafirmação e compromisso dos mesmos para todos. Por isso, cada número da revista AGIR fará uma abordagem aos direitos humanos na perspetiva dos problemas que se colocam na atualidade.

O dossiê deste primeiro número será dedicado aos chamados direitos de 1ª geração, os direitos Civis e Políticos, em particular à liberdade expressão e aos refugiados e migrantes.

Estes temas fazem parte, também, do relatório anual de 2017/18, relativo ao estado dos direitos humanos no mundo, lançado em fevereiro passado e do qual falamos nesta edição. No maior evento global de ativismo, que é a Maratona de Cartas, este ano ligado à campanha BRAVE, lembramos as principais ações desenvolvidas para a sua promoção. Na edição de 2017 voltámos a aumentar o número de assinaturas e, para tal, contribuíram, além do trabalho e empenho das estruturas da Amnistia Internacional Portugal, a participação das escolas e de todos os voluntários que culminaram nas mais de 300 mil assinaturas para os cinco "Braves" deste ano. Queremos em breve dar boas notícias sobre cada um dos casos.

De Estremoz e de Viseu ficamos a conhecer melhor o trabalho realizado pelos grupos daquelas localidades. Não podem faltar os apelos mundiais e os postais, que depois de assinados devem ser enviados para as respetivas moradas e, desta forma, podermos continuar a dar boas notícias.

Também criámos rubricas novas, umas mais informativas outras mais interativas, mas sempre com a ideia de informar e atuar para pôr fim às violações de direitos humanos. É o caso da situação das pessoas rohingya, em Myanmar, e da realidade de uma sala de aula em dois países diferentes.

Ao longo do ano iremos trabalhar para que cada número seja melhor do que o anterior.

Ajude-nos a melhorar, dê-nos a sua opinião.

Boas leituras.

CALENDÁRIO DE ATIVISMO

ABRIL

8	Dia Internacional dos **Ciganos**
26 a 6	**Prémio Amnistia** Internacional no **IndieLisboa**

MAIO

3	Dia Internacional da **Liberdade de Imprensa**

JUNHO

1	Dia Mundial da **Criança**
5	Dia Mundial do **Ambiente**
20	Evento do dia Mundial do **Refugiado.** Fique atento ao email.
26	Dia Internacional de **Apoio às Vitimas de Tortura**

ANTENA 2
CASOS DA AMNISTIA
6ª feiras . 12h30 . 18h30
www.amnistia.pt/**programa-radio-casos-da-amnistia**

Times They Are a-Changin'

Times They Are a-Changin', "os tempos estão a mudar", escreveu Bob Dylan em 1964, numa célebre canção que inspirou toda uma geração de jovens que ansiava por mudar o mundo. Era uma vontade irrequieta e indefinida, um impulso para romper barreiras, desafiar convenções e promover utopias. Ao longo do meio século seguinte, a vontade persistiu, mas os termos da mudança apuraram-se: combater a injustiça, exigir liberdade e igualdade de direitos, acabar com a discriminação. Em 1964, a Amnistia Internacional era uma organização embrionária, sediada em Londres e com a sua atenção centrada nos prisioneiros de consciência. Atualmente, a Amnistia Internacional é uma entidade com larga representação mundial, dispõe de milhões de membros e apoiantes e debruça-se sobre um leque alargado de questões relacionadas com os Direitos Humanos. A Secção Portuguesa ainda não existia em 1964. Foi criada dezassete anos mais tarde, graças ao empenho e abnegação de um grupo de pessoas dedicadas à causa de trazer para Portugal a mais prestigiada organização de defesa dos direitos humanos. Hoje, a Secção está em pleno funcionamento e expansão.

Times They Are a-Changin'. Sim, os tempos continuam a mudar.Sim, os tempos continuam a mudar. Essa mudança ocorreu entre 1964 e 2018 e persiste todos os dias. A luta pelos direitos humanos, que constitui a razão de existir da Amnistia Internacional e motiva todos e cada um de nós, enfrenta novas e renovadas ameaças: entre outras, a proliferação do discurso do ódio e da intolerância, uma recente crise migratória ou os ataques aos defensores dos direitos humanos, de que os desenvolvimentos na Turquia são exemplo sintomático. Porém, em 2018 a Amnistia Internacional está mais bem preparada para enfrentar esses desafios, dispondo de novos e mais eficientes instrumentos e mecanismos de organização, representação e ação. A primeira Assembleia Global irá reunir em Varsóvia em julho, assinalando um passo decisivo na implementação da reforma global da organização. Kumi Naidoo irá tomar o lugar de Salil Shetty, em agosto, como novo secretário-geral. Antes disso, em abril, irá decorrer o primeiro Encontro Europeu, que a Secção Portuguesa se orgulha de acolher no nosso país.

Times They Are a-Changin'. Também a Amnistia Internacional Portugal está em mudança. Urge prosseguir o trabalho anterior de alinhamento com o movimento internacional, reforma da Secção e preparação do caminho para o futuro. Na Assembleia Geral de dezembro passado foram eleitos os membros dos órgãos sociais para o mandato 2018-2020. A nova Direção é

Manuel Coutinho Azevedo, Miguel Ferreira, Patrícia Filipe, Paulo Pinto, Fernando Faria de Castro, Filipa Santos, Maria do Céu Pires

composta por elementos que transitam da anterior e por novos nomes: Filipa Santos (presidente), Patrícia Filipe (vice-presidente), Fernando Faria de Castro (tesoureiro), Paulo Pinto (secretário), Manuel Coutinho Azevedo, Miguel Ferreira e Maria do Céu Pires (vogais). O processo de indução teve lugar a 20 e 21 de janeiro, em S. Pedro de Moel, e contou com a presença dos restantes órgãos sociais eleitos, da presidente da Direção cessante, Susana Gaspar, e do diretor executivo, Pedro Neto. Foram apresentadas as linhas orientadoras do movimento internacional, nomeadamente as políticas em vigor sobre direitos humanos e governança, e debatidos vários aspetos da estratégia a seguir pela Secção nos próximos anos. Foram igualmente apresentados os projetos em curso – específicos e transversais –, para cumprimento do Plano Operacional e Orçamento de 2018. Houve ainda ocasião para um contacto, por videoconferência, com David Santos, presidente da Amnistia Internacional Luxemburgo, que saudou os membros da nova Direção e partilhou da sua experiência.

Times They Are a-Changin'. A nova Direção da Amnistia Internacional Portugal inicia funções num momento em que o movimento internacional conhece um impulso renovado de afirmação da luta pelos direitos humanos em todo o mundo. O início de mandato é, portanto, o momento adequado para reafirmar o seu compromisso de trabalhar, de forma exigente e decisiva, para responder aos desafios que se lhe irão colocar nos próximos anos. Aumentar a extensão e visibilidade das nossas ações, consolidar o crescimento da Secção, tanto em número de membros e apoiantes como em angariação de fundos, aprofundar a sintonia entre órgãos sociais, equipa executiva e estruturas operacionais, promover e alargar o ativismo pelos direitos humanos junto da juventude, prosseguir o esforço de preparação e capacitação das futuras lideranças e assinalar definitivamente a participação e partilha das aspirações da Secção nos novos órgãos da governança do movimento são alguns passos do caminho a percorrer. Temos um Plano Estratégico que define os objetivos últimos da nossa ação, a cumprir passo-a-passo pelos Planos Operacionais e pela nossa atividade coletiva e individual na Amnistia Internacional. Mas o tempo da sua execução está a esgotar-se rapidamente e nunca é cedo para refletirmos estrategicamente sobre o que queremos e o que faremos a longo prazo. Porque a luta pelos direitos humanos faz-se a cada momento de hoje, preparando os passos de amanhã. Afinal, as palavras de Bob Dylan, escritas em 1964, continuam válidas em 2018 e sê-lo-ão certamente no futuro:

There's a battle outside, and it is ragin'
For the times they are a-changin'

© Sergio Ortiz Borbolla/Amnesty International

DOSSIER

Declaração Universal dos Direitos Humanos

No rescaldo da II Grande Guerra, os lideres mundiais puseram-se de acordo de nunca mais permitir que se repetissem as atrocidades do conflito e proclamaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Este documento estabelecia os direitos humanos que deveriam ser universalmente protegidos. A partir deste documento os seres humanos "nascem livres e iguais em dignidade e direitos". A declaração enumera ao longo dos 30 artigos, direitos e liberdades fundamentais que pertencem a cada pessoa em qualquer parte do mundo, independentemente da sua origem, credo ou estatuto. Não são um conceito abstrato, são definidos e protegidos por lei e são universais, inalienáveis, indivisíveis e interdependentes.

Sete décadas depois seria de esperar que a humanidade tivesse aprendido com os erros, mas tal não aconteceu. Os conflitos, as guerras, a retórica do medo e a polarização da sociedade, tem alimentado ataques aos direitos humanos que devem deixar inquietos os ativistas. 70 anos depois, ainda são frequentes os abusos de direitos humanos, e milhares de pessoas em todo o mundo são perseguidas e presas pelo que pensam ou por aquilo em que acreditam, são torturadas, e não têm um julgamento justo. Os conflitos (novos ou os que se mantém há anos) têm contribuído para ataques à liberdade de expressão e reunião, contribuindo também para crises humanas de refugiados e migrantes em várias regiões do mundo, forçando milhões de pessoas a fugir dos seus países e regiões de origem.

A defesa dos direitos humanos deve ser encarada como uma batalha permanente. Existem mecanismos e legislação internacional que os protegem e os estados e as pessoas que cometem atrocidades e os violam devem ser responsabilizados. Ao longo deste ano vamos celebrar a proclamação deste documento, dedicando-lhe os dossiês da revista AGIR. No dossiê deste número abordamos os direitos civis e políticos, em particular, a liberdade de expressão e os refugiados e migrantes. Com o recente lançamento do relatório anual fizemos um balanço sobre a liberdade de expressão no mundo. Estendemos esta análise à situação dos refugiados no mundo, com um foco na situação do acolhimento dos refugiados que vieram para Portugal ao abrigo do programa de recolocação da União Europeia. Fomos ouvir a associação Crescer que, em Lisboa, tem feito esse acompanhamento e percebemos que Portugal pode fazer mais e que cada um de nós também pode fazer mais.

A liberdade de expressão é um direito universal

> ***"Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão."***
>
> Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 19

Uma das premissas de viver numa sociedade livre e justa é a capacidade de cada pessoa comunicar com outras pessoas e de se expressar livremente.

A liberdade de expressão é um dos princípios inscritos na constituição de quase todos os países do mundo, embora na prática não seja respeitada. Por todo o mundo há pessoas privadas de liberdade, perseguidas ou até mortas, por se expressarem.

Todos temos direito de aceder e partilhar informação e ideias, sem medo nem interferências. Este acesso à informação é crucial para a nossa educação, para o nosso desenvolvimento como indivíduos, para ajudarmos as nossas comunidades, acedermos à justiça e usufruirmos plenamente de todos os nossos direitos.

© Andy Wong/AP/PA Images

Desde a criação da Amnistia Internacional, trabalhamos para apoiar e proteger os prisioneiros de consciência, as pessoas que expressam a sua opinião ou que falam para defender os direitos humanos, que não usaram nem advogaram violência, e que estão presos por serem quem são ou daquilo em que acreditam. Trabalhamos com jornalistas, líderes comunitários e professores, estudantes, sindicalistas, ativistas dos direitos sexuais e reprodutivos, comunidades indígenas na defesa do direito à terra e fazemos campanhas globais para a sua libertação.

Estas pessoas estão a assumir a luta pelos direitos humanos, os seus e dos outros, de forma pacífica e empenhada e estão a enfrentar os estados, as autoridades, os interesses económicos, os grupos armados, líderes religiosos e por vezes até as suas próprias famílias e comunidades que tentam calar as suas ações ou opiniões. Reconhecendo a importância do seu trabalho, dos perigos que enfrentam e da necessidade de serem protegidos na persecução do seu trabalho, a Amnistia Internacional dedica-lhes a campanha BRAVE.

Conheça a campanha BRAVE e os seus rostos:
http://bit.ly/CampanhaBrave

O trabalho que desenvolvem torna-os alvo dos ataques e das ações com vista a silenciarem as suas atividades. Presos, ameaçados e perseguidos, alvos de processos judiciais levantados por calúnias, despedimentos ou ainda sujeitos a vigilância eletrónica, a censura no acesso à internet e até as mais recentes, as fake news – notícias falsas. Estes ataques são a essência da violação da liberdade de expressão e têm que se denunciados e combatidos.

Para a Amnistia Internacional a liberdade de expressão só será efetiva quando os prisoneiros de consciência forem libertados sem condições; quando forem erradicadas as leis que criminalizam as pessoas que se manifestam ou protestam pacificamente. Também as leis que criminalizam o discurso de ódio ou de outro tipo de incitamento à violência não devem ser usadas para reprimir as opiniões dissonantes e que se expressem de forma pacífica. A liberdade de expressão não pode existir sem o livre acesso à informação.

Saiba mais sobre o nosso trabalho na defesa do direito à liberdade de expressão:
http://bit.ly/DireitoLiberdadeExpressao

© Amnesty International

O DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO, ASSOCIAÇÃO E REUNIÃO

está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

ART.º 19 E ART.º 20

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

ARTIGO 19.º

Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.

ARTIGO 20.º

1. Toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas.

2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

67%

DOS PAÍSES COM RESTRIÇÕES À LIBERDADE

Dos **159** países analisados no relatório anual da Amnistia Internacional, **em 107 verificaram-se restrições à liberdade** de expressão, reunião ou associação.

54 JORNALISTAS ASSASSINADOS

11 - MÉXICO | **9 - SÍRIA** | **8 - IRAQUE**

4 - FILIPINAS, ÍNDIA, SOMÁLIA | **22 - OUTROS**

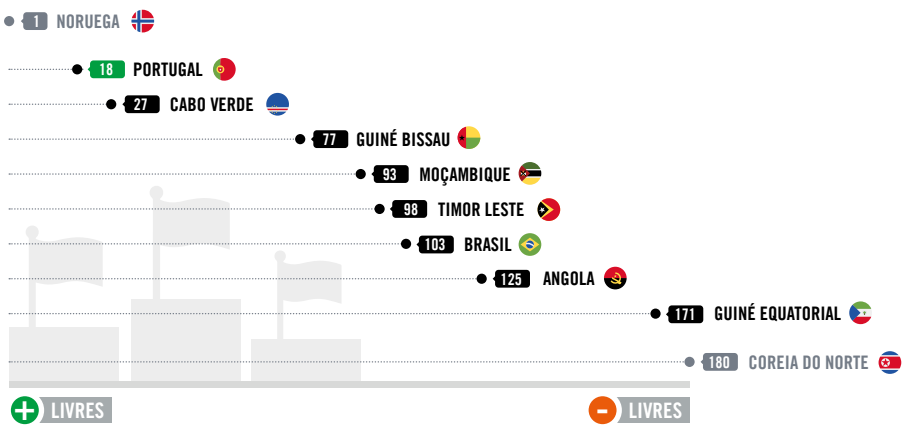
[Dados de 2017 dos Repórteres sem Fronteiras]

OS PRINCIPAIS ATAQUES À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- **DETENÇÕES / PRISÕES**
- **CAMPANHAS DE DIFAMAÇÃO**
- **CENSURA *ONLINE* E *OFFLINE***
- **LEIS REPRESSIVAS**
- **ENCERRAMENTO DE JORNAIS E REVISTAS**

OS PAÍSES DA CPLP NA CLASSIFICAÇÃO MUNDIAL DA LIBERDADE DE IMPRENSA

[Dados de 2017 dos Repórteres sem Fronteiras]



A situação da liberdade de expressão no mundo

De acordo com a informação divulgada no relatório anual da Amnistia Internacional, 2017 foi um ano em que persistiram ataques e ameaças à liberdade de expressão em todas as regiões do mundo.

Em alguns países da **Europa e Ásia Central** os entraves à liberdade de associação, reunião e de expressão foram frequentes, assim como o foram os ataques aos defensores de direitos humanos, aos ativistas, aos média e a quem se opõe aos governos. Na Bielorrússia e na Rússia, por exemplo, a existência de legislação restritiva sobre os meios de comunicação, organizações não governamentais e sobre reuniões públicas, restringe o exercício do direito à liberdade de expressão.

Na Turquia, a situação continua dominada pelas ondas de choque da resposta governamental à tentativa de golpe de Estado de junho de 2016. A repressão sobre as vozes dissidentes colocou na prisão milhares de pessoas por alegado envolvimento na falhada tentativa de golpe de estado em 2016. Taner Kilic e Idil Eser (presidente e diretora [no final do ano estava em liberdade condicional], respetivamente da Amnistia Internacional Turquia) foram duas das dezenas de milhares de pessoas presas por serem percecionadas como críticas do governo. Atualmente mais de 100 jornalistas continuam presos, mais do que em qualquer outro país do mundo.

Já nas **Américas**, a segurança dos jornalistas e consequentemente a liberdade de imprensa foi colocada em causa em vários países, como por exemplo, no México, onde todos os anos dezenas destes profissionais são assassinados pelo seu trabalho de procurar e de dar informação. Em 2017, 12 jornalistas foram assassinados, - o número mais elevado desde 2000 – e muitos deles em locais públicos, sem que existissem da parte das autoridades grandes progressos nas investigações.

Os governos de vários países em **África** reprimiram a oposição pacífica e colocaram em causa o direito à liberdade de expressão e de reunião ao imporem medidas legais, administrativas, ou de outra ordem, para impedirem os protestos pacíficos. Em Angola, por exemplo, várias manifestações pacíficas foram impedidas pelas autoridades, mesmo quando, de acordo com a lei, não era necessária autorização prévia. Ativistas da sociedade civil, jornalistas, professores e sindicalistas foram perseguidos e arbitrariamente presos nos Camarões, onde toda a atividade política e da sociedade civil foi banida. Muitas destas pessoas continuam presas sob acusações falsas relacionadas com a segurança nacional. As críticas à atuação dos governos levaram muitos defensores de direitos humanos, jornalistas e ativistas, a serem alvo de processos judiciais e a serem presos, em países como Chade. Na Etiópia, em junho de 2017 foi levantado o Estado de Emergência, tendo o governo ordenado a libertação de 10 000 das 26 000 pessoas que foram detidas em 2016. Contudo, centenas de pessoas foram detidas ao abrigo da Proclamação Antiterrorista que tem sido usada para atingir os críticos do governo. Em Madagáscar, as autoridades intimidaram e perseguiram jornalistas e defensores de direitos humanos numa tentativa de os silenciar. Todas as pessoas que se manifestaram contra o comércio ilegal e exploração dos recursos naturais foi alvo de processos judiciais.

Na região da **Ásia-Pacífico**, também os defensores de direitos humanos, advogados

© Andy Wong/AP/PA Images

e jornalistas foram alvo de perseguição por parte do Estado. Na China verificou-se um ataque sem precedentes à liberdade de expressão e informação. As autoridades chinesas continuaram a prender quem tenta pacificamente lembrar a repressão da Praça Tiananmen em 4 de junho de 1989, em Pequim, durante a qual morreram centenas de manifestantes quando o exército abriu fogo sobre civis desarmados. É importante lembrar que o proeminente defensor de direitos humanos e prisioneiro de consciência, Liu Xiabo, que foi também um dos académicos que se envolveu no movimento pró-democracia de Tiananmen, morreu sob custódia em julho de 2017.

Nas ilhas Fiji, o governo usou legislação restritiva para calar a imprensa e restringir a liberdade de expressão e de reunião pacificas. Os membros do jornal *Fiji Times* foram acusados de insurreição, num processo com motivações politicas com o objetivo claro de silenciar um dos poucos órgãos de comunicação social independentes que resta no país.

Em Singapura, as alterações à Lei da Ordem Pública concederam às autoridades poderes mais amplos para restringir ou proibir reuniões públicas e os defensores de direitos humanos que participaram em protestos pacíficos foram investigados pela polícia. Foram também levantados processos contra advogados e académicos que criticaram a magistratura e foram aplicadas restrições à liberdade e imprensa.

A liberdade de expressão online tem sido, de forma crescente, avo de criminalização. No Bangladesh, por exemplo, os *bloggers* são alvo de desaparecimentos forçados ou são presos por fazerem comentários críticos relativos aos militares ou percecionados como "anti-islâmicos". Quem critica o governo do Bangladesh ou a família do primeiro-ministro também é alvo de processos em tribunal. Do mesmo modo, a nova lei de segurança digital veio colocar maiores restrições ao direito à liberdade de expressão e penas mais pesadas. De acordo com informação recebida pela Amnistia, em 2017, quatro *bloggers* críticos do governo foram alvo de desaparecimento forçado. Também no Afeganistão, onde a percentagem de utilização da internet é das mais baixas da região Ásia-Pacifico, foi aprovada uma nova lei sobre cibercrime que restringe a liberdade de expressão *online*.

Na região do **Médio Oriente e Norte de África**, a repressão da sociedade civil, tanto *online* como *offline* é usada para impedir ou punir a divulgação de denúncias de violações de direitos humanos ou de criticismo dirigido aos governos ou aos seus aliados. A repressão é usada com o pretexto de combater as ameaças à segurança nacional ou para combater a corrupção. Em 2017, no Egito, as autoridades condenaram 15 jornalistas a penas de prisão por acusações relacionadas com o que escreveram, incluindo a publicação do que as autoridades acreditaram ser "informação falsa". Bloquearam mais de 400 websites, incluindo os de jornais independentes e de organizações de direitos humanos. Na Arábia Saudita, as autoridades têm intensificado o ataque à liberdade de expressão. Em setembro de 2017, numa semana, foram detidas mais de 20 figuras religiosas proeminentes, escritores, jornalistas e académicos.

Saiba mais sobre o nosso trabalho na defesa do direito à liberdade de expressão:
http://bit.ly/DireitoLiberdadeExpressao

© UNHCR/E. Hockstein

A importância de dizer "eu acolho os refugiados"

> ***"Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países."***
>
> Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 14

Abdul[1] era um artista de renome em Cabul, no Afeganistão. Na primavera de 2016 e quando o seu trabalho começou a motivar ameaças de vários lados, decidiu, juntamente com a mulher e as filhas, deixar o país. Confiando a sua travessia da fronteira a contrabandistas, passaram primeiro para o Irão e depois para a Turquia. Uma vez lá chegados, prometeram-lhes uma travessia fácil para a Europa através da Bulgária, mas, a partir dali a viagem tornou-se no pior pesadelo. O contrabandista começou a pedir mais dinheiro, ameaçando Abdul e a família, para que lhe pagassem 2 mil dólares americanos. "Disse-me que levaria as minhas filhas e nunca mais as veríamos se não lhe pagássemos," conta Abdul enquanto a mulher, ao seu lado, irrompe em lágrimas. "Estava aterrorizado, em pânico. Escondi a lágrima, de modo que as crianças não percebessem que se passava algo de errado. E disse para mim próprio que elas deviam ver a determinação e coragem dos pais".

Depois de cinco noites a tentar atravessar a fronteira, a família de Abdul e 15 outros refugiados, entraram na Sérvia. Traumatizados pela viagem até ali, as filhas pediram-lhe que parassem. Então registaram-se junto das autoridades sérvias e estão desde então, nas instalações de acolhimento.

Atualmente existem 65.6 milhões de pessoas em todo o mundo forçadas a abandonar as suas casas ou países, segundo dados do ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Destas, 22.5 milhões são refugiados e metade destes têm menos de 18 anos de idade. Em média, 28 300 pessoas por dia são forçadas a sair de casa devido a conflitos e perseguição. 55% dos refugiados no mundo, vieram de três países: Síria (5.5 milhões); Afeganistão (2.5 milhões) e Sudão do Sul (1.4 milhões).

Para muitos refugiados a procura de proteção e segurança tornou-se num caminho perigoso. E nem sempre quando chegam a um país novo podem considerar-se a salvo. Alguns são detidos pelas autoridades. Muitos enfrentam diariamente racismo, xenofobia e discriminação e arriscam cair nas mãos de traficantes e de serem vitimas de exploração. Os discursos populistas e xenófobos e os procedimentos altamente discriminatórios expõem cada vez mais as pessoas à discriminação e perseguição, colocando em causa as próprias liberdades fundamentais. Infelizmente, vemos este tipo de discursos ganharem terreno, chegando mesmo a eleger líderes políticos.

Por tudo isto, é cada vez mais relevante a campanha Eu Acolho os refugiados, onde a Amnistia Internacional está a pedir a promoção da partilha das responsabilidades para o fortalecimento do sistema internacional de proteção a refugiados, aliada à necessidade de construir uma narrativa positiva e de inclusão.

[1] Nome alterado para proteger a sua identidade.

Saiba mais sobre a campanha Eu Acolho:
http://bit.ly/EuAcolho

© Taha Jawashi

Refugiados e migrantes: as situações e conflitos que merecem uma atenção particular

Em **África**, em 2017, a situação na Somália foi responsável por uma catástrofe humana. A seca que assola o país, juntamente com o interminável conflito, tem feito com que mais de metade a população precise urgentemente de assistência humanitária, segundo o ACNUR, e mais de meio milhão de pessoas são deslocados internos. No Quénia, uma decisão unilateral do governo ameaçou encerrar o campo de refugiados de Dadaab, contudo, um tribunal superior impediu o encerramento. Se tivesse acontecido, teria colocado em risco de reenvio para a Somália mais de 260 mil pessoas exiladas, colocando-as em perigo. Na Nigéria há, pelo menos, um milhão e setecentos mil deslocados internos nos estados de Borno, Yobe e Adamawa. No Chade, mais de 408 mil refugiados da República Centro Africana, da Republica Democrática do Congo, Nigéria e Sudão, vivem em condições terríveis nos campos de refugiados. No Sudão do Sul, mais de 340 mil pessoas fugiram à escalada do conflito na região equatorial. Mais de 3.9 milhões de pessoas, aproximadamente um terço da população, foi deslocada desde o início do conflito em dezembro de 2013.

Nas **Américas**, a atual politica sobre migração tem levado os Estados Unidos da América e o México a prender pessoas que fogem da violência extrema que assola a zona da América Central. As ordens executivas do presidente Trump de impedir a reinstalação de refugiados oriundos da Síria levaram à redução para 50 mil da cota anual de entrada de refugiados no país o que contribuiu para diminuição da proteção daquela população. Segundo o ACNUR, mais de 57 mil pessoas das Honduras, Guatemala e El Salvador procuraram asilo noutros países, mas por falta de respostas seguras foram obrigados a regressar. Só no último ano o México recebeu um número recorde de pedidos de asilo em particular de hondurenhos, guatemaltecos, salvadorenhos e venezuelanos, contudo foi incapaz de dar resposta segura e em vez disso procedeu ao reenvio das pessoas fazendo-as regressar a situações altamente perigosas e potencialmente mortais.

Na **Ásia-Pacífico**, o último ano foi marcado pela situação dos Rohingya em Myanmar, que já é a maior e mais rápida crise de refugiados. Os Rohingya enfrentam, desde agosto de 2015, uma campanha de intimidação e ataques por parte do Governo de Myanmar, configurando uma situação de limpeza étnica. Mais de 650 mil Rohingya fugiram para o vizinho Bangladesh para escapar aos ataques indiscriminados e violentos às aldeias, incluindo assassinatos, violações e outros abusos. (ver artigo páginas 20 e 21 desta revista) Também a Austrália, que mantem os centros de acolhimento de refugiados ao alargo das suas costas, na Papuásia

Nova Guiné, Manus e em Nauru, tem contribuído para a violação das suas obrigações internacionais. Os refugiados e requerentes de asilo são mantidos confinados na Ilha de Nauru, enviados para lá à força pelo governo australiano – alguns deles já se encontram lá há vários anos.

A instabilidade que persiste do **Médio Oriente e Norte de África** devido à violência e aos permanentes conflitos entre estados ou dentro de um mesmo estado, o desemprego crescente e a pobreza, tem resultado na deslocação em grande escala de pessoas. No Iémen, o país que já antes do inicio do conflito interno, em 2015, era o mais pobre da região, transformou-se na pior situação humanitária do Médio Oriente, segundo as Nações Unidas, e onde três-quartos da população (do total de 28 milhões) precisa de ajuda. Na Síria, onde a guerra entrou no sétimo ano de duração, mais de meio milhão de pessoas foi obrigada procurar refugio fora do país durante o ano de 2017. Se juntarmos a este número os 6.5 milhões de pessoas que desde 2011 se tornaram deslocados internos, temos uma dimensão de crise humana e o impacto de este conflito. Na Líbia, mais de 20 mil refugiados e migrantes foram mantidos arbitrária e indefinidamente em centros de detenção sobrelotados, sem condições sanitárias e expostos a tortura, trabalhos forçados, extorsão e assassinatos às mãos das autoridades e das milícias que os controlam.

Na **Europa e Ásia Central**, o último ano foi marcado pelas consequências nefastas dos acordos feitos pelos governos europeus com países limítrofes para impedir a entrada na Europa dos refugiados e migrantes. Países como Líbia e Turquia estão a servir de guardas fronteiriços da União Europeia. Usando a ajuda, as trocas comerciais e outro tipo de expedientes, os governos europeus encorajaram e apoiaram os países de trânsito – mesmo aqueles onde existem documentadas, sistemáticas e amplas violações de direitos humanos contra refugiados e migrantes – para implementarem medidas mais apertadas de controlo de fronteiras sem as adequadas garantias de direitos humanos. Esta situação tem encurralado milhares de refugiados e migrantes em países onde falta proteção adequada e onde são expostos a graves violações de direitos humanos. Durante 2017 chegaram à Europa 169 452 refugiados e migrantes, um número menor do que se verificou em 2016 (387 895). Este decréscimo é precisamente consequência destes acordos. Mesmo assim, há pessoas que tentam a travessia, por vezes mortal, porque o desespero e as redes de traficantes não conhecem limites. Só em 2017 pelo menos 2982 pessoas perderam a vida a tentar atravessar o mar Mediterrâneo.

EM PORTUGAL

Chegou ao fim, a 26 de setembro de 2017, o Programa de Recolocação de Refugiados da União Europeia, embora continuassem a decorrer trâmites em alguns casos. Até dia 16 de fevereiro de 2018, Portugal tinha acolhido 1 532 pessoas refugiadas que se encontravam na Grécia (1192) e em Itália (340). Legalmente estava previsto Portugal acolher 2951. Já ao abrigo do programa de reinstalação de refugiados provenientes de fora da União Europeia, dos 191 que Portugal se tinha comprometido receber, tinham chegado, até julho, 76 pessoas.

O QUE É QUE QUEREMOS?

- Que sejam criadas rotas legais e seguras para os refugiados e migrantes.
- Que todos os refugiados a quem foi prometido asilo e os requerentes a quem foi prometida entrada, sejam acolhidos com dignidade e respeitando o que foi estipulado por lei.
- Que todos os refugiados e requentes de asilo recebem uma resposta rápida e célere.
- Que seja facilitado o processo de integração e autonomia dos requerentes de asilo, consultando-os sempre sobre as medidas que são tomadas.
- Que sejam sempre responsabilizados os atos de discriminação, discurso de ódio e violência contra refugiados e requerentes de asilo.

O PODER DAS PESSOAS

Juntos podemos fazer coisas concretas para melhorar as vidas destas pessoas, desde assinar petições a falar sobre os seus direitos ou juntar-se a organização que apoia a sua integração.

Saiba mais sobre o nosso trabalho com refugiados e migrantes:
http://bit.ly/RefugiadosMigrantes

ENTREVISTA

ASSOCIAÇÃO CRESCER

www.crescer.org

Associação CRESCER: uma resposta no acolhimento aos refugiados

Uma das organizações em Portugal, em particular em Lisboa, que tem trabalhado com os refugiados e requerentes de asilo no sentido da sua integração é a associação CRESCER.

A associação foi criada em 2001 com o objetivo de trabalhar com crianças e jovens na área da prevenção a dependências. Em 2013, iniciaram um projeto piloto na zona da Mouraria, em Lisboa, chamado É UMA CASA, *Lisboa Housing First*, que visa retirar da rua pessoas em situação de sem-abrigo. O sucesso do programa (87% das pessoas não voltaram para a situação de sem abrigo) levou a que se tornassem parceiros da Câmara Municipal de Lisboa no Programa Municipal de Acolhimento de Refugiados em Lisboa (integrado no programa de recolocação da União Europeia). Com o projeto É UMA VIDA, onde acompanham os requerentes de asilo que chegam à cidade de Lisboa apoiando-os na sua inclusão, foi desenvolvida uma colaboração com a Amnistia Internacional no sentido de perceber como está a decorrer o processo de acolhimento e integração dos refugiados. Falamos com Maria Carmona, coordenadora do projeto É UMA VIDA (onde se insere a colaboração com a Amnistia) e com Américo Nave, Diretor da instituição.

À CHEGADA

Os refugiados são instalados num Centro de Acolhimento onde ficarão nos dois meses seguintes. É nesta fase que passam a ser acompanhados pela associação, que atribuiu uma equipa encarregue de os acompanhar, e que realiza entrevistas para conhecer as pessoas e agrupá-las com vista à partilha de casa após a saída do Centro. Quando se trata de famílias estas ficam imediatamente alocadas a uma casa.

O processo de integração dos refugiados tem a duração de 18 meses (um ano e meio) e durante este período as despesas básicas (água, luz e gás) e de renda da casa são garantidas pela Câmara Municipal de Lisboa. Durante este tempo, as equipas da Crescer fazem o acompanhamento de todos os aspetos relacionados com a integração: o acesso à saúde, à educação, a aulas de português, inscrição nas finanças, na segurança social e no centro de saúde. Na realização do currículo, na procura de trabalho, em todos os aspetos de inclusão na sociedade. Terminados os 18 meses, espera-se que as pessoas sejam autónomas. Nos casos em que não consigam ficar autónomas, são encaminhadas para o apoio da santa casa da Misericórdia. Desde março de 2016, 13 pessoas de um grupo de 20 conseguiram autonomizar-se.

DURANTE O PROCESSO

Há aspetos que dificultam a integração. A presente dificuldade no acesso à habitação que se verifica na cidade de Lisboa tem impacto também sobre os refugiados. As soluções de habitação disponíveis na cidade implicam o pagamento de rendas de 200 ou 300 euros por um quarto partilhado e onde vivem quatro pessoas. Também a exigência de fiador no arrendamento de casa se torna uma dificuldade, especialmente para pessoas que tiveram que fugir dos seus países de origem e que não têm suporte social nem redes de apoio.

Também nos serviços centrais se verificam outros obstáculos. "Houve pessoas que estiveram mais de oito meses à espera do número de segurança social" lembra Maria Carmona. "Estava previsto que todos os refugiados tivessem acesso a cursos de português certificados do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). O projeto começou em março de 2016, e até janeiro de 2018, foram abertos dois cursos. O primeiro abriu em janeiro de 2017. Portanto, as pessoas que chegaram em março de 2016 estiveram à espera até janeiro de 2017. O segundo curso abriu em setembro de 2017. De um universo de 108 pessoas que recebemos até agora, e que permaneceram no nosso país, tiveram acesso aos cursos de português menos de 40".

© www.crescer.org

COMO É QUE ISSO SE REFLETE NAS EXPECTATIVAS DOS REFUGIADOS E DOS REQUERENTES DE ASILO?

A Crescer é frequentemente questionada pelos refugiados sobre as dificuldades que estes encontram. Perguntam porque é que Portugal os está a receber se depois não está preparado e levanta obstáculos. Para os refugiados o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) é a entidade máxima, a entidade que trata dos processos de proteção internacional. Quando chegam ao aeroporto é aberto um processo de pedido de proteção internacional no SEF. Caso seja aceite, vai originar uma autorização de residência provisória (ARP) que têm validade de seis meses, mas de acordo com a Crescer, o SEF não está a conseguir dar resposta em tempo útil às renovações. Já terá havido pessoas abordadas pela polícia e notificadas por não terem o documento válido. "Acompanhámos uma situação caricata de um beneficiário que estava com o documento caducado e partiu a cabeça. No hospital, foi abordado pela polícia do SEF que o notificou para se apresentar no SEF por não ter o documento válido. O facto de não terem as ARP válidas têm implicações no trabalho, não permitindo a assinatura de contratos de trabalho. Tem implicações, inclusivamente no acesso à saúde porque ficam sem isenção" reforça Maria Carmona. É muito importante melhorar e agilizar os processos de legalização e de asilo.

CASOS DE SUCESSO

Há os casos de refugiados que não ficaram em Portugal. Isto deve-se a várias razões, mas a principal é por terem os familiares próximos noutros países. Algumas pessoas terão sido movidas pelo aspeto financeiro. "Aqui recebem uma bolsa mensal de 150 euros, na Alemanha recebem 450 euros, por mais que tentemos explicar que o nível de vida na Alemanha é diferente do que aqui, muitas pessoas vieram para Portugal sem que essa tivesse sido a sua escolha. E mesmo assim vieram. Outras ainda vieram com a ideia de tentar depois ir para outros países", lembra Maria Carmona. "E houve pessoas que não pensavam ficar cá e que ficaram. Recebemos uma pessoa, um eritreu que à partida não fazia sentido vir para cá, porque tinha os pais e os irmãos na Suécia, e ele veio sozinho e ficou cá. Terminou o programa de integração, está a trabalhar, está autónomo e em janeiro deste ano, chegou a família dele (a mulher e os filhos). Foi um processo muito difícil, moroso, mas ele lutou muito e conseguiu a reunificação familiar".

E QUE É QUE CADA PESSOA PODE FAZER PARA AJUDAR?

Todas as pessoas que queiram colaborar podem inscrever-se para voluntariado no site da associação. O voluntariado pode ser ajudar na procura de casas, acompanhar uma pessoa ou uma família, sempre em articulação com a associação. A associação também aceita doações em géneros: camas, colchões, roupas, utensílios de cozinha, no fundo tudo o que possa fazer falta numa casa. Se for o caso, também os empregadores podem ajudar porque os refugiados estão em situação de poderem começar a trabalhar desde o dia em que chegam.

Da Amnistia Internacional, a Crescer espera que a ajude a ter uma voz mais forte junto de algumas entidades nacionais que acolhem os refugiados e que ajude a dar voz a alguns obstáculos que vão constatando no terreno.

APELOS MUNDIAIS

© Amnesty International

SHELL

MULHER NIGERIANA ENFRENTA GIGANTE PETROLÍFERA

A nigeriana Esther Kiobel está a enfrentar uma das maiores empresas petrolíferas do mundo – a Shell – numa luta por justiça que dura há 22 anos, acusando-os de conspiração na execução do marido em 1995.

As pesquisas da Shell por petróleo devastaram o Delta do Niger que já foi uma região de terra fértil, empobrecendo a comunidade devido a décadas de poluição. Os derramamentos de petróleo destruíram terras de cultivo e os rios, contaminando a água e significando graves riscos para a saúde. Na década de 90, a Shell aparentemente não olhou a meios para garantir o lucro. A companhia instou ao governo militar da Nigéria que lidasse com os protestos ambientais – sabendo de antemão o que isto poderia significar. Os militares mataram e torturaram pessoas numa repressão brutal que culminou na farsa de julgamento de 1995 e no enforcamento de nove homens, incluindo o marido de Esther, o Dr Barinem Kiobel.

Vamos dizer à Shell que apoiamos a Esther. Envie-nos a mensagem que a faremos chegar à Shell, e informaremos a Esther do seu apoio.

Perder o marido destruiu Esther. Temendo pela sua vida, fugiu da Nigéria com os filhos, mas não parou de lutar para reabilitar o nome do marido.

Esther decidiu levar a Shell a tribunal nos Países Baixos naquele que será um tenso confronto entre David e Golias. A Shell fez tudo o que podia para manter as suas queixas fora da atenção pública, mas Esther não vai deixar que a façam sentir pequena. Nem nós.

© Amnesty International

CHINA

LIBERDADE PARA ADVOGADO DE DIREITOS HUMANOS

O advogado de direitos humanos Gao Zhisheng está desaparecido desde Agosto de 2017. A família não foi informada do seu paradeiro ou do seu estado de saúde, havendo sério risco de ser sujeito a tortura ou outros maus-tratos.

Gao é um dos mais respeitados advogados de direitos humanos na China representando muitos ativistas de direitos humanos e trabalhando em casos politicamente sensíveis.

Ao longo dos anos tem sido sujeito a desaparecimento forçado, tortura, prisão domiciliária e detenção.

Vamos apelar às autoridades chinesas para que tornem publico o paradeiro de Gao Zhisheng e para que o liberte de imediato.

Os seus amigos dizem que desde o ultimo desaparecimento de Gao, pelo menos três dos seus apoiantes foram detidos, sete foram intimados e dois receberam avisos verbais da policia. É de crer que as autoridades estejam a tentar silenciar os críticos e a esconder qualquer informação sobre Gao Zhisheng.

[Ver páginas 10 e 11 do dossiê sobre Liberdade de Expressão]

© www.hcn.org

USA

ACUSAÇÃO CONTRA JORNALISTA DEVE SER RETIRADA

Jenni Monet, uma jornalista freelancer foi detida no dia 1 de fevereiro quando cobria uma manifestação contra a construção do pipeline de Dakota Access.

Apesar de ter apresentado o seu cartão de imprensa válido, Jenni foi detida enquanto cumpria a ordem de abandonar o local.

Vamos apelar ao Procurador Geral do Condado de Morton para que sejam retiradas as acusações contra Jenni Monet.

Foi submetida a buscas corporais, mantida acorrentada durante cinco horas numa cela, tendo ficado detida durante 30 horas. Foi posteriormente acusada de provocar tumultos e de invasão.

A liberdade de expressão é um direito que deve ser respeitado e protegido para que cada um possa usufruir uma sociedade livre e aberta.

[Ver páginas 10 e 11 do dossiê sobre Liberdade de Expressão]

© Issam Rimawi/Anadolu Agency/Getty Images

ISRAEL / TERRITÓRIOS PALESTINIANOS OCUPADOS

LIBERTEM AHED TAMIMI

No passado dia 15 de dezembro, a ativista palestiniana Ahed Tamimi e a sua família protestaram contra a decisão de Trump em reconhecer Jerusalém como a capital de Israel. O desenrolar de eventos que se seguiu fez com que o seu primo de 14 anos, Mohammed, fosse tragicamente baleado na cabeça, após um disparo de curta distância perpetrado por um soldado israelita.

A 19 de dezembro a casa da sua família foi invadida por soldados israelitas, Ahed foi detida e enfrenta agora acusações de agressão agravada aos soldados, de obstrução do trabalho daqueles militares e ainda de incitamento em redes sociais.

Vamos apelar ao primeiro ministro israelita para que Ahed Tamimi seja libertada imediatamente.

Durante a sua detenção foi submetida a longas e agressivas sessões de interrogatório, algumas durante a noite, e foram feitas ameaças contra os seus familiares pelos interrogadores.

Nada do que a Ahed fez pode justificar a continuada detenção de uma criança de 16 anos. Além disso, ela representa uma das 350 crianças palestinianas que se encontram em prisões e centros de detenção israelitas.

ASSINE. A VIDA DE ALGUÉM DEPENDE DISSO!

Nas páginas centrais encontram-se os postais relativos a estes apelos.
Depois de assinados deve enviar para as respetivas moradas.

À LUPA

© K M ASAD/AFP/Getty Images

Rohingya - Uma crise de direitos humanos

Os rohingya são uma minoria étnica predominantemente muçulmana que vive sobretudo no estado de Rakhine, na costa ocidental de Myanmar (antiga Birmânia), junto à fronteira com o Bangladesh.

Vivem em Myanmar há muitas gerações, contudo o Governo birmanês insiste que todos os rohingya são imigrantes ilegais oriundos do vizinho Bangladesh. As autoridades birmanesas recusam reconhecê-los como cidadãos, remetendo a vasta maioria destas pessoas para a condição efetiva de apátridas.

Como consequência da discriminação sistemática, os rohingya vivem em condições deploráveis. Segregados em praticamente todos os aspetos do resto da população do país, não podem deslocar-se livremente e o acesso a cuidados de saúde, à educação e às formas de sustento é muito limitado.

O crescendo de tensões entre os rohingya e a maioria populacional de Rakhine – predominantemente budista – eclodiu em motins em 2012, forçando dezenas de milhares de pessoas, na maioria rohingya, a fugirem das suas casas e a ficarem em campos de deslocados, em condições miseráveis e imundas. Quem se encontra a viver nesses campos está ali confinado e segregado das outras comunidades.

Em outubro de 2016, na sequência de ataques mortais contra esquadras da policia por rohingya armados no Norte do estado de Rakhine, o Exército birmanês lançou uma vaga de repressão militar com alvo marcado sobre toda a comunidade. A Amnistia Internacional documentou nessa altura violações de direitos humanos cometidas contra os rohingya, incluindo execuções ilegais, detenções arbitrárias, violações e ataques sexuais contra mulheres e raparigas, assim como a destruição pelo fogo de mais de 1 200 edifícios, incluindo escolas e mesquitas. As provas recolhidas pela Amnistia Internacional demonstram que estas ações constituem crimes contra a humanidade.

A mais recente vaga de refugiados que fugiram para o Bangladesh seguiu-se à resposta militar de Myanmar a ataques protagonizados por um grupo armado rohingya contra postos das forças de segurança a 25 de agosto de 2017.

A retaliação militar foi ilegal e totalmente desproporcionada, tratando toda uma população como inimigo. Relatos recolhidos no terreno descrevem a morte de civis e a destruição completa de aldeias e de povoações inteiras. A resposta foi a fuga para os países vizinhos, maioritariamente para o Bangladesh.

Quem é responsável pela situação?

O Exército birmanês foi responsável pela vasta maioria das atrocidades cometidas nas primeiras semanas. Os militares no país têm uma significativa independência do Governo civil e não são responsabilizados perante tribunais cíveis. Assim, comandantes de todas as patentes e soldados são responsáveis por todos os crimes que cometam durante a atual crise.

Os militares em Myanmar têm um longo historial de violações de direitos humanos contra os rohingya e contra outras minorias étnicas e religiosas no país. Aung San Suu Kyi, Conselheira de Estado (cargo equivalente a primeira-ministra), tem mantido silêncio sobre a atuação dos militares e inclusive recusou aceder aos pedidos das Nações Unidas e dos líderes mundiais para que intervenha no sentido de solucionar a situação no estado de Rakhine.

Catástrofe humana

As pessoas chegaram ao Bangladesh com ferimentos, famintas e traumatizadas, e a precisarem imediatamente de assistência humanitária, incluindo alimentos, abrigo e cuidados de saúde. As autoridades do Bangladesh carecem de ajuda internacional urgente para conseguirem dar resposta às necessidades desta população.

As autoridades birmanesas suspenderam o fluxo de abastecimentos vitais das Nações Unidas e de outras agências de ajuda humanitária, com alimentos, água e medicamentos, a milhares de pessoas – na maioria rohingya – encurraladas nas montanhas no Norte do estado de Rakhine.

Um largo número de rohingya dependiam já da assistência humanitária para sobreviver mesmo antes desta nova vaga de violência. As restrições impostas pelas autoridades birmanesas à sua distribuição, deixaram dezenas de milhares de civis ainda mais vulneráveis, além de demonstrarem um insensível desrespeito pela vida humana. A situação dos rohingya em Myanmar é já a maior e mais rápida crise de refugiados.

O que é que a Amnistia está a fazer?

Desde os primeiros ataques, mas em especial desde agosto de 2017, estamos a monitorizar a situação da população rohingya, os que foram obrigados a fugir para o Bangladesh e, indiretamente, os que ainda se encontram no estado de Rakhine.

Apelámos às autoridades de Myanmar para que cessassem a campanha de violência e abusos de direitos humanos levada a cabo pelo exército contra os rohingya. Também continuamos a pedir que seja garantido acesso livre e sem restrições das agências humanitárias, da ONU, dos jornalistas independentes e dos observadores de direitos humanos ao estado de Rakhine e que seja garantida a sua segurança.

Já em janeiro deste ano, os governos do Bangladesh e Myanmar anunciaram planos de planos para fazer regressar a casa os rohingya. Contudo, a nossa investigação aponta para uma situação que ainda não é segura porque persistem os ataques, a fome, e não têm para onde voltar porque as suas aldeias foram destruídas. Também por estas razões, a Amnistia Internacional está a pedir à comunidade internacional que garanta que ninguém seja forçado a regressar a Myanmar contra a sua vontade.

A Amnistia Internacional está ainda a instar à comunidade internacional que pressione o governo de Myanmar para parar as violações perpetradas na campanha de limpeza étnica em curso, para que haja responsabilização e o fim da impunidade dos militares que operam em Myanmar.

Saiba mais sobre o nosso trabalho com os rohingya:
http://bit.ly/CriseRohingya

© Andrew Stanbridge / Amnesty International

A crise em números

688 mil
rohingya rumaram para o Bangladesh desde agosto de 2017, segundo as Nações Unidas.

300 mil
rohingya **já se encontravam no Bangladesh** antes da crise de agosto de 2017.

1,1 milhão
rohingya **já viviam no estado de Rakhine, em Myanmar,** antes da crise de agosto de 2016-17.

© Lucas Jackson/REUTERS

RELATÓRIO ANUAL

Coragem: é a nossa vez

Até há pouco tempo era considerado alarmismo a mais comparar o atual panorama político mundial aos perigosos anos 30 e 40 do século XX europeu. Hoje, essa questão paira no ar insistentemente: Estamos na mesma atmosfera perigosa que precedeu a Segunda Guerra Mundial?

Líderes mundiais semearam retóricas de ódio e de discriminação, confundiram a opinião pública com notícias inventadas. Dos Estados Unidos à Turquia, à Hungria, às Filipinas, à Líbia, a Myanmar. Até em Portugal vimos já a discriminação e uma retórica aberta e perigosa que considera que algumas pessoas são menos humanas que outras.

O Relatório Anual da Amnistia Internacional sobre o estado dos direitos humanos no mundo mostra que já estamos a viver as consequências dessa retórica discriminatória. Desde os refugiados que vivem num limbo, sem segurança e à mercê do ódio daqueles que os perseguem e não deixam viver devido à sua religião ou etnia.

Nos primeiros dias do atual Presidente dos EUA em funções vimos a tentativa deste em demonizar todos os refugiados, muçulmanos e mexicanos. Vimos também a limpeza étnica dos rohingya em Myanmar. Na Hungria vimos as fronteiras do acolhimento fecharem-se aos refugiados. No Egito testemunhámos a perseguição feita a cristãos, a homossexuais, a ONG e a defensores de direitos humanos, especialmente dos direitos das mulheres.

Portugal não é exceção no que diz respeito à discriminação.

País aberto ao mundo, continuamos a discriminar os outros. São muitas as formas como em Portugal alguns consideram os seus semelhantes menos humanos, seja por discriminação étnica e racial, seja pela discriminação e violência de género, seja no impedimento de acesso a condições dignas de habitação para os mais pobres e frágeis, com especial relevo das pessoas de ascendência africana e das comunidades ciganas, desalojadas à força e sem acesso a programas de realojamento dignos.

Também no acolhimento aos refugiados, o país falhou as metas a que se comprometeu e, em muitos casos, o purgatório da espera que viveram antes de chegar a Portugal continuou cá, com a demora burocrática da falta de meios e de vontade. Em Portugal igualmente, algumas vozes utilizam já a retórica discriminatória para tentar ganhar dividendos sociais e políticos.

Além destes sinais no mundo que são de divisão, de conflito e de exclusão, o relatório da Amnistia Internacional conta também outra história – uma de resistência.

Por todos os cantos do mundo, inclusive Portugal, as pessoas estão a sacudir o fatalismo do mal e a atravessar-se no caminho dos que procuram a divisão, o medo, o ódio e a discriminação.

Em Portugal, vimos demolições serem interrompidas por ativistas e vimos ativistas a denunciarem corajosamente, e sob ameaças, atentados ao meio ambiente. Vimos nas margens do Mediterrâneo pessoas a acolherem e a ajudarem refugiados quando os seus líderes falharam nessa missão. Vimos por toda a África movimentos de pessoas, mesmo em países onde isso era impensável há poucos anos, a galvanizar a vontade popular na exigência de direitos humanos e justiça. Nos EUA, milhares de pessoas, pacificamente, obstruíram o caminho à Administração americana: foram para aeroportos acolher refugiados; marcharam pela rua as mulheres – e os homens por elas e com elas – e o movimento *Black Lives Matter*, na defesa de um país sem discriminação; ativistas ambientais resistiram face-a-face à força no caso de *Standing Rock*, na proteção de um bem como a água, tão importante para a vida de todos. Na China, mesmo proibidos, os ativistas lembraram Tiananmen.

A sociedade civil nunca fica silenciosa perante o ataque à liberdade de expressão e aos direitos fundamentais do ser humano.

É a nossa vez de falar e de agir, de dizer como está o mundo pelos olhos e voz de quem vive nele sem filtros e sem medos. Agora é a hora da coragem na defesa dos direitos humanos.

Vivemos tempos de desafio e de coragem em que, mais do que nunca, a verdade tem de contrariar o ódio.

Há uma lição que nunca podemos esquecer. Na História, sempre que líderes tentaram reprimir, demonizar e discriminar, houve sempre pessoas a levantarem-se e a saírem do silêncio para, com coragem, exigirem liberdade onde ela falta, exigirem igualdade onde ela é necessária e exigirem dignidade em todo o mundo e para todas as pessoas.

Agora, é a nossa vez.

Artigo de Pedro Neto, diretor-executivo da Amnistia Internacional publicado originalmente no jornal Público.

Conheça o relatório em:
http://bit.ly/RelatorioAnual2017-18

2017
em imagens

BANGLADESH © UNHCR/Andew McConnell

Centenas de milhares de Rohingya fugiram de crimes contra a humanidade no estado de Rakhine, em Myanmar, ao mesmo tempo que cerca de 600 mil pessoas procuraram refúgio no Bangladesh. Famílias inteiras, jovens mães e menores não acompanhados estavam entre os que fugiram para salvar as suas vidas quando a violência recomeçou em Myanmar.

FILIPINAS © NOEL CELIS/AFP/Getty Images

A campanha "guerra às drogas" do presidente Duterte resultou em 12 mil mortes. Os ativistas continuaram a fazer marchas e manifestações contra a campanha e o Tribunal Penal Internacional abriu um inquérito preliminar.

TAIWAN © Sam Yeh/AFP/Getty Images

Uma decisão histórica do Tribunal Constitucional de Taiwan fez com que o país esteja agora mais perto de se tornar o primeiro estado asiático a legalizar o casamente entre pessoas do mesmo sexo. Mais para o final do ano, dezenas de milhares de pessoas manifestaram-se para celebrar, naquela que foi a maior marcha LGBTI a acontecer na Ásia.

ÍNDIA © Satish Bate/Hindustan Times/Getty Images

Na sequência de uma onda de ataques mortíferos contra muçulmanos – incluindo o linchamento de um adolescente Junaid– cidadãos e celebridades na India tomaram as ruas para apoiar a campanha "Not in My Name".

BRASIL © NELSON ALMEIDA/AFP/Getty Images

Manifestantes saíram às ruas em São Paulo, para contestar o governo do presidente Michel Temer e exigir o fim das reformas impostas pelas medidas de austeridade, que se centravam em cortes no sistema de pensões.

HUNGRIA © Gergo Toth

Centenas de ativistas juntaram-se em solidariedade durante um protesto em Budapeste. O objetivo era marcarem uma posição contra quem está a tentar intimidar a sociedade civil. A Amnistia Internacional foi uma das organizações que recusou respeitar a nova lei repressiva das organizações não governamentais.

AUSTRÁLIA ©SAEED KHAN/AFP/Getty Images

Pessoas, muitas delas refugiadas, manifestaram-se junto dos serviços de Imigração e Departamento de Relações Exteriores e Comércio em Sydney para exigir a imediata transferência dos refugiados detidos na ilha de Manus.

RÚSSIA © ALEXANDRE UTKIN/AFP/Getty Images

Milhares de russos pediram o fim da corrupção. As manifestações pacíficas acabaram em violência, quando centenas de pessoas foram presas e várias outras agredidas pela polícia, demonstrando o desprezo das autoridades para com os direitos humanos.

ESPANHA © David Ramos/Getty Images

A Unidade de Intervenção Policial, uma força da Polícia Nacional e militares da Guardia Civil usaram de força excessiva, contra os manifestantes que se encontravam a protestar pacificamente nas ruas e nas entradas das assembleias de voto. As forças de segurança atuavam sob mandato do Tribunal Superior de Justiça da Catalunha, que os ordenou que impedissem a realização do referendo.

2017 em números

312

defensores dos direitos humanos foram **mortos**

700mil

refugiados **obrigados a rumar** para países vizinhos, no Sudão do Sul.

+de 100

jornalistas e trabalhadores de média continuavam em **prisão** preventiva, na Turquia.

+de 1600

pessoas foram **presas** na Rússia, durante manifestações contra a corrupção. A Polícia usou **força excessiva** para reprimir muitas delas.

BOAS NOTÍCIAS

© filmingfortibet

REALIZADOR TIBETANO E PRISIONEIRO DE CONSCIÊNCIA JÁ ESTÁ JUNTO DA SUA FAMÍLIA

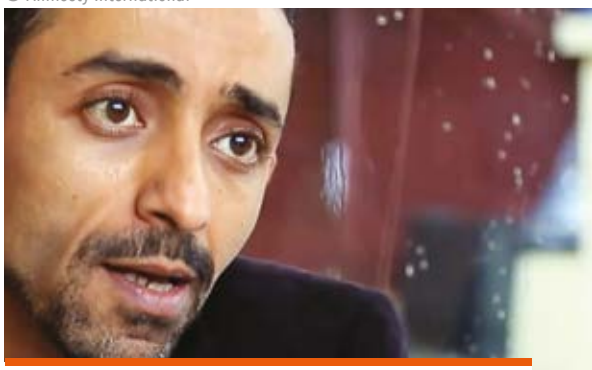
Quase dez anos depois de ter sido preso, o realizador tibetano Dhondup Wangchen obteve finalmente asilo político nos Estados Unidos da América, onde em 26 de dezembro 2017, se juntou à sua mulher Lhamo Tso e ao seu filho, onde estão refugiados desde 2012.

Dhondup Wangchen tinha sido preso em março de 2008 por ter filmado um documentário independente chamado *"Leaving Fear Behind"* e no qual mostrava o ponto de vista dos cidadãos comuns tibetanos sobre as suas condições de vida, sobre a politica chinesa no país e sobre os jogos olímpicos de Pequim na véspera da realização deste evento.

Detido em segredo durante mais de um ano, durante o qual foi torturado e privado de cuidados médicos, no fim de 2009, foi julgado à porta fechada e condenado a seis anos de prisão por "incitamento à subversão do poder do estado".

A Amnistia considerou-o prisioneiro de consciência e fez ampla campanha pela sua libertação, que chegou em junho de 2014, também por causa da sua saúde. Depois de libertado, contudo, Dhondup foi mantido debaixo de vigilância, monitorizado nos seus movimentos e nas comunicações. Agora, pode finalmente deixar o "medo para atrás".

© Amnesty International



JORNALISTA IEMENITA LIBERTADO

Foi libertado o jornalista iemenita Hisham al Omeisy, que se encontrava detido em situação de incomunicabilidade desde agosto de 2017 sob custódia das forças houthis. A sua libertação é um passo positivo, no entanto as forças houthis devem, igualmente, libertar, de imediato e sem condições, todos os prisioneiros de consciência que se encontram detidos.

Desde 2016 observa-se no Iémen um aumento de detenções e prisões arbitrárias e de desaparecimentos forçados às mãos das forças houthis, de pessoas cujo o único delito foi exercer a sua liberdade de expressão, como sejam jornalistas, defensores e defensoras de direitos humanos.

Hisham al Omeisy é um ativista político que se tornou famoso durante a primavera árabe e no âmbito do atual conflito no Iémen. Tornou-se uma voz destacada e respeitada no terreno pelos seus comentários e análise nos meios de comunicação sobre o persistente conflito armado.

A Amnistia Internacional tem conhecimento que 10 outros jornalistas iemenitas estão há mais de dois anos e meio detidos arbitrariamente sem acusação nem julgamento.

A sua assinatura pode salvar vidas.

Todos os dias, em várias partes do mundo, há pessoas cujos direitos humanos são violados. Em cada edição damos a conhecer os seus casos nos apelos mundiais. Pedimos que não fique indiferente e que assine e envie os postais. O resultado, é o que pode constatar nestas páginas.

QUÉNIA DÁ MAIS UM PASSO NO SENTIDO DA ABOLIÇÃO DA PENA DE MORTE

Numa decisão sem precedentes, os juízes do Supremo Tribunal de Quénia declararam inconstitucional a obrigatoriedade da aplicação da pena de morte para certos crimes.

A decisão surge na sequência de um requerimento apresentado por dois homens que passaram os últimos 14 anos no corredor da morte. Na prática significa que já não é obrigatória a condenação à morte em casos de homicídio ou assalto à mão armada, os dois únicos crimes punidos com pena de morte. Agora fica ao critério dos juízes.

Agora é a altura das autoridades do Quénia irem mais longe e darem os passos legais necessários para abolir, de vez, a pena de morte e juntar-se aos 105 países que erradicaram esta prática cruel, desumana e degradante.

A Amnistia Internacional opõe-se à pena de morte em todas as circunstâncias, independentemente da natureza do crime, das características do criminoso, ou do método usado pelo estado para levar a cabo a execução.

© Amnesty International

LIBERTADO POLÍTICO DA OPOSIÇÃO NA ETIÓPIA

A libertação do politico de oposição Merera Gudina e de mais 528 outras pessoas que estavam detidas na Etiópia deve ser o primeiro passo no sentido da libertação de todos os prisioneiros de consciência neste país da África oriental.

Ainda há mais prisioneiros de consciência que definham nas prisões, acusados ou condenados por exercer o seu direito à liberdade de expressão ou simplesmente por defender os direitos humanos.

Esta libertações acontecem depois do primeiro ministro Hailemariam Desalegn anunciar planos para libertar lideres da oposição política e outras centenas de pessoas e de encerrar a prisão de Maekelawi, na capital, Addis Abeba, um centro de detenção de má memória e onde se cometiam atos generalizados de tortura.

© Mohamed Hosny

ADVOGADA DE DIREITOS HUMANOS LIBERTADA

A advogada de direitos humanos egípcia, Mahienour el-Massry, foi absolvida de todas as acusações e libertada. Ela é uma das várias defensoras de direitos humanos sob ataque das autoridades egípcias, que devem parar a prática de deter arbitrariamente pessoas e de levar a cabo ataques aos direitos humanos.

A Amnistia Internacional pede agora a libertação de Moataseem Medhat que foi absolvida no mesmo caso juntamente com Mahienour.

No dia 14 de junho de 2016, el-Massry, Moataseem Medhat – uma ativista dos direitos laborais – e os colegas ativistas Asmaa Naeem, Walee el-Amry e Ziad Abu el-Fadl, participaram num protesto na cidade de Alexandria contra a decisão governamental de passar o controlo de duas ilhas, Tiran e Sanafir, para a Arábia Saudita.

Em novembro de 2017, um tribunal em Alexandria ordenou a detenção de el-Massry e de Medhat que se manteve até ter saído o veredito, em dezembro, que as condenou a dois anos de prisão por "participarem num protesto não autorizado" e por "demonstrarem força". O tribunal também condenou os três outros ativistas, à revelia.

Maratona de Cartas 2017: o poder de 308 mil pessoas

O maior evento de direitos humanos organizado pela Amnistia internacional acontece no último trimestre de cada ano, durante o qual um número crescente de pessoas une a sua voz ao apelo da Amnistia para levar a esperança a quem dela precisa. Este ano, mais uma vez, o número de assinaturas voltou a crescer. Mais de cinco milhões de pessoas em todo o mundo e mais de 308 mil em Portugal deram o seu nome à liberdade.

Clovis Razafimalala, de Madagáscar; Taner e os 10 de Istambul, da Turquia; Shackelia Jackson, da Jamaica; Farid al-Atrash e Issa Amro, de Israel/Territórios Palestinianos Ocupados e Sakris Kupila, da Finlândia, foram os casos escolhido pela Amnistia Internacional em Portugal e pelos quais trabalhámos.

Durante a maratona tivemos um apoio importante da atriz Inês Castel-Branco, e do ator Manuel Moreira que, entre outras ações, organizaram um evento no Village Underground em Lisboa, onde mobilizaram colegas para apoiarem os casos. Já em dezembro, no dia 8, tivemos a visita de Moses Akatugba, um jovem nigeriano que esteve condenado à morte por um crime que não cometeu e cujo o caso foi alvo de ação global na maratona de cartas de 2014. Ele veio participar num evento e dar testemunho de como cada apelo assinado, faz a diferença e consegue mesmo salvar vidas e libertar pessoas.

O encerramento da maratona de cartas, aconteceu em duas fases, ambas no dia 13 de janeiro. Primeiro na Corrida dos Campeões que teve lugar no Estádio do Jamor, em Lisboa, e onde participou uma equipa Brave constituída pelo apresentador Pedro Fernandes e pelo VJ da MTV Portugal, Diogo Dias. Não chegaram em primeiro lugar, mas para nós foram os primeiros. O segundo momento desse dia, na Livraria Bar Menina e Moça, no Cais Sodré, realizámos uma sessão de apresentação dos casos e de recolha de assinaturas, onde Shakelia Jackson, via Skype, contou como tem sido a sua luta por justiça para o caso do seu irmão que foi assassinado pela policia na Jamaica. Partilhou connosco a importância de sentir o apoio de uma organização como a Amnistia Internacional e de como as cartas de solidariedade que recebeu, de várias partes do mundo, foram o balsamo para a sua dor e a esperança que achava perdida.

> ***"Vocês deram-me... um espaço seguro e o ombro de gigantes para me apoiar."***
>
> Shackelia Jackson

A maratona deste ano representou um movimento de pessoas de todas as idades, de muitas origens, que

A equipa Brave da Amnistia Internacional na corrida dos Campeões: Diogo Dias e Pedro Fernandes

Evento na Livraria Bar Menina e Moça onde tivemos o testemunho de Shakelia Jackson e de Sakris Kupila.

organizaram e participaram em eventos e ações, a favor dos cinco casos e que contribuíram para, mais uma vez, termos ultrapassado os números de assinaturas do ano anterior. Queremos agradecer a participação e contributos de cerca de 300 escolas, 25 grupos e núcleos da secção portuguesa da Amnistia Internacional, 18 Instituições de Ensino Superior e de 18 entidades (Câmaras Municipais, Iares, Associações, Juntas de Freguesia) e ainda de centenas de pessoas individualmente. Agora é a nossa vez de fazer chegar às respetivas autoridades as pilhas de cartas recebidas.

Evento com Moses Akatugba onde demos o mote para a assinatura dos apelos da Maratona de Cartas.

GRUPO DE

VISEU

CRESCER EM COMUNIDADE E SOLIDARIEDADE

Da vontade e inspiração de um conjunto de pessoas surgiu o Núcleo de Viseu da AI. Desde esse momento inicial que o Núcleo definiu como sua aposta prioritária a Educação para os Direitos Humanos (EDH). Agora, que se assume enquanto Grupo, o foco mantém-se.

Acreditamos que a relação de proximidade com as escolas e todos os seus atores é de extrema importância para esta intervenção. De facto, se é nas sessões de sensibilização junto das escolas que plantamos as sementes, é no cuidado diário dos educadores que estas crescem para produzir frutos.

Acreditamos, ainda, que uma aposta clara na EDH, não significa descurar as atividades de sensibilização junto da comunidade. Ações de rua como as desenvolvidas nos Jardins Efémeros, evento cultural da cidade de Viseu com expressão nacional, são fundamentais. As campanhas globais Eu Acolho e Brave têm sido trabalhadas de forma intensa e criativa. Iniciativas como "*Free Hugs*" pelo seu impacto emocional, apropriado a despertar consciências, traduzem este empenho.

Acreditamos, também, que a eficácia destas ações e a própria consolidação do Grupo depende da constituição de uma rede alargada de parcerias. A participação nos Jardins Efémeros ou a iniciativa que assinalou o Dia Internacional de Eliminação da Violência Contra as Mulheres são um bom exemplo do envolvimento de inúmeros parceiros, que têm contribuído para elevar a voz dos Direitos Humanos em Viseu.

Este sinergismo multiplica-se também no maior evento global de direitos humanos, a Maratona de Cartas. O envolvimento das diferentes organizações e instituições locais, das escolas do distrito, a juntar à ação de rua desenvolvida no Mercado de Natal, garantiram maior dinamismo e visibilidade à iniciativa, permitindo que, uma vez mais, ultrapassássemos os nossos máximos, sendo prova disso, as mais de 25 700 assinaturas, recolhidas no Distrito.

Acreditamos que esta abertura do Grupo é uma mais-valia para a comunidade.

Acreditamos, por tudo isto, que é em relação que continuaremos a crescer ao serviço dos direitos humanos.

O Grupo reúne numa sala gentilmente cedida por uma empresa imobiliária no 1º andar, do número 12 na Avenida Alberto Sampaio em Viseu. As reuniões, por norma mensais, realizam-se aos sábados, sendo a calendarização ajustada segundo a disponibilidade dos membros e as necessidades de atuação do Grupo. Atualmente, o Grupo de Viseu conta com 20 ativistas, estando sempre de portas abertas para receber novos voluntários que nos ajudem a multiplicar a esperança!

Venham ajudar-nos a crescer!

Patrícia Filipe, Coordenadora do Grupo de Viseu da Amnistia Internacional

GRUPO DE

ESTREMOZ

A 16 de novembro de 2006, no emblemático Atéjazzcafé, em Estremoz, teve lugar a apresentação pública do Núcleo de Estremoz da Amnistia Internacional (AI). Este momento foi antecedido de muitos meses de formação interna.

De 2006 a 2018, foi um longo caminho percorrido, dando voz às Campanhas da AI no Alentejo, promovendo iniciativas de sensibilização e de ação em defesa dos Direitos Humanos. Temas como "violência sobre as mulheres", "pena de morte", "tortura", "migrantes e refugiados", "discriminação", "liberdade de expressão", "liberdade religiosa", "pobreza e exclusão social", "ambiente e direitos humanos", têm sido abordados nas dezenas de sessões públicas realizadas. Estas têm ocorrido em lugares distintos, desde a Biblioteca Municipal, passando pela Casa de Estremoz, pelo Centro de Ciência Viva ou pelo já citado Atejazzcafé. Também o centro da cidade, nomeadamente o Pelourinho e o Coreto, têm sido "palco" de diferentes ações de rua.

Outra área de grande destaque na nossa atuação tem sido a Educação para Direitos Humanos, realizando sessões nas capitais de Distrito – Portalegre e Évora – mas, também, em lugares menos acessíveis como, por exemplo, Barrancos, Gavião, Elvas, Reguengos, etc. No caso da Escola Secundária de Estremoz, participamos ativamente no Projeto Escolas Amigas dos Direitos Humanos.

O Núcleo, inicialmente constituído por 7 pessoas foi, progressivamente, alargando. E, sempre que houve saídas, por motivos profissionais ou de residência, novas pessoas se juntaram a nós. Neste momento, somos 19 elementos, 8 dos quais membros da AI, sendo os restantes apoiantes. Juntamente com as entradas e saídas, mantém-se alguma continuidade, o que tem permitido um trabalho sistemático e regular.

Desde o início que contamos com a boa vontade das sucessivas direções da Escola Secundária, que nos facilitam uma sala para as reuniões do Núcleo. Reunimos, habitualmente, uma vez por mês, embora, nalguns períodos do ano com mais trabalho, as reuniões sejam mais espaçadas. Podemos dizer que, em termos de estruturação interna, o nosso lema é: organização, mas com flexibilidade. Ultimamente, realizamos "reuniões abertas" noutros locais, por exemplo, na Casa de Estremoz.

No sentido da divulgação do trabalho da AI, damos particular atenção à comunicação, nomeadamente através das redes sociais (facebook) e também através da comunicação social local onde, regularmente, publicamos textos alusivos às Campanhas e iniciativas da AI. De salientar a edição, aquando dos 10 anos do Núcleo, de uma brochura com testemunhos e de uma exposição sobre o nosso percurso.

Passados 11 anos da formação do Núcleo, o Conselho Geral da AI, em novembro de 2017, aprovou a nossa passagem a Grupo. Cá prosseguimos, agora Grupo de Estremoz da AI. Alimentar esta luz, por vezes, não é fácil, mas o nosso objetivo mantém-se: que nestas terras alentejanas se sinta que a injustiça, em qualquer parte do mundo, como uma afronta pessoal. Continuamos Amnistia!

Maria do Céu Pires, Coordenadora do Grupo de Estremoz da Amnistia Internacional

UM DIA DE ESCOLA NÃO É IGUAL PARA TODAS AS CRIANÇAS

Aceda ao endereço abaixo a partir do seu telemóvel, coloque os auscultadores e deixe-se levar nesta experiência.

http://bit.ly/**diaescola**

CONHEÇA A NOSSA EQUIPA

FILIPA MOURÃO

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ANGARIAÇÃO DE FUNDOS

Saudações a quem acompanha e contribui para o nosso trabalho de promoção e defesa dos direitos humanos! Primeiro de tudo, quero deixar-vos um OBRIGADO do tamanho do mundo!

O meu nome é Filipa Mourão e, dentro da equipa executiva da secção portuguesa, sou responsável pelo departamento de angariação de fundos. Comecei a trabalhar na Amnistia, em 2009, quando me juntei às equipas de rua do projeto Face to Face. Foi, durante esses meses, que, ao sensibilizar as pessoas na rua para este movimento de solidariedade internacional extraordinário, me comecei a identificar cada vez mais com o modo de atuar da organização e principalmente com a sua força coletiva, a imparcialidade e a independência face aos governos. É por isso que costumo dizer que não foi tanto o que me trouxe para a Amnistia Internacional, mas o que me manteve por cá!

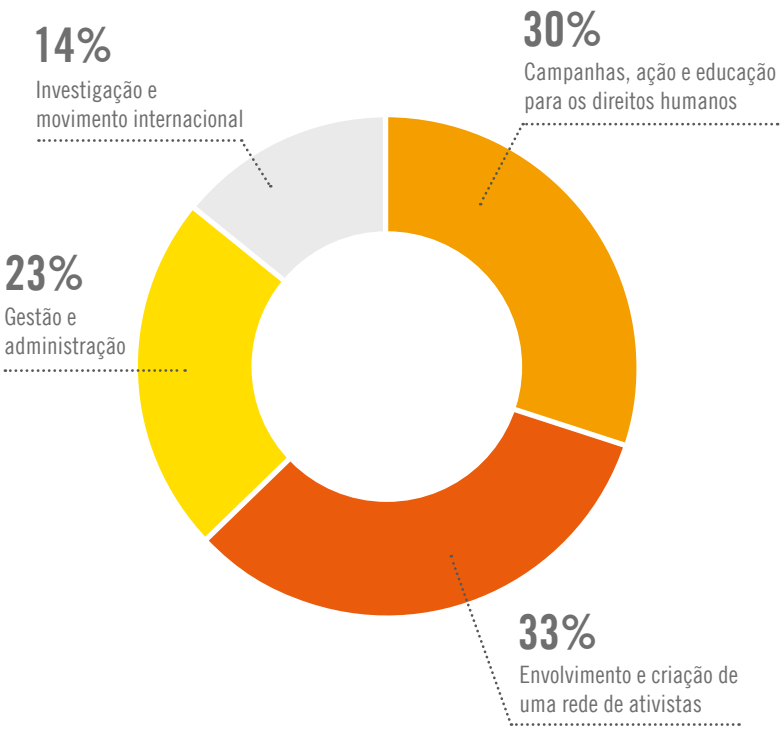
Sou muito feliz a trabalhar aqui e nesta área em específico principalmente porque, ao angariar fundos, associamos sempre o apoio financeiro ao ativismo, ou seja, só com dinheiro o nosso trabalho não tem impacto algum, precisamos de pessoas que participem ativamente no envio de cartas, na assinatura de petições, nas ações de sensibilização e educação e na pressão efetiva das autoridades. Só assim conseguimos acabar com os abusos e violações dos direitos humanos e alcançar a mudança que queremos ver no mundo!

Para além de acompanhar o trabalho realizado pelos coordenadores nas suas respetivas áreas – Face to Face e Door to Door, Voice to Voice e Gestão da Base de Dados – sou responsável pela integração da área de angariação de fundos nos vários projetos e campanhas desenvolvidos pela Amnistia Internacional Portugal, sempre numa visão de trabalho conjunto com campanhas, comunicação, educação para os direitos humanos e advocacia. Está, nesta altura, a decorrer uma campanha muito importante em termos de receitas para a secção, pois permite a todos os portugueses dar sem custos absolutamente nenhuns: a Campanha de Consignação dos 0,5% do IRS.

De momento, estou dedicada a um outro projeto e desafio pois encontro-me em casa de licença de maternidade com o meu segundo filho. É para mim muito importante transmitir à minha família os valores de não discriminação, de liberdade e de respeito e até já comecei a levar o meu filho mais velho João (dois anos) a algumas das ações da Amnistia Internacional. Quero que os meus filhos possam crescer num ambiente de ativismo e abertura à diferença e ao outro.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

GRAÇAS A SI, EM 2017, A ESPERANÇA TRIUNFOU SOBRE O MEDO MUITO MAIS DO QUE POSSA IMAGINAR



A NOSSA FORÇA SÃO AS PESSOAS

Somos mais de **13 000 ativistas**, membros e apoiantes em Portugal e mais de **7 milhões de pessoas** em todo o mundo a acreditar que não podemos ficar indiferentes porque juntos temos o poder de fazer a diferença.

DE ONDE VÊM OS NOSSOS RECURSOS?

83,6% das nossas receitas vêm de donativos de pessoas individuais.

11,8% da consignação que milhares de portugueses fizeram de 0,5% do seu IRS.

Só assim garantimos a nossa independência e imparcialidade na investigação, relatórios e tomadas de posição.

COMO FORAM UTILIZADOS OS RECURSOS?

- **Ajudámos a libertar pessoas**, como Chelsea Manning, Idil Eser e muitos outros defensores de direitos humanos.
- **Investigámos e denunciámos** centenas de violações de direitos humanos em todo o mundo, como em Myanmar, na Síria, na China ou no Irão.
- Lançámos uma **nova campanha: #BRAVE** – pelos Defensores de Direitos Humanos.
- **Criámos e capacitámos grupos de ativistas** em várias cidades, localidades e escolas.
- Estivemos a falar regularmente de **direitos humanos nas escolas.** Mais de 5 500 crianças e jovens debateram assuntos relacionados com os direitos humanos.
- **Falámos para o público em geral** sobre o estado de direitos humanos no mundo, sobre as nossas investigações e ações: nas quase 3 000 presenças nos média portugueses, com notícias e ações no nosso site, visitado por mais de 200 000 pessoas, e nas redes sociais, para mais de 150 000 seguidores.
- **Informámos os nossos ativistas e apelámos à ação**, com e-mails, ativismo de rua e com a revista AGIR.

A Amnistia Internacional tem uma cultura de responsabilização, controlo e transparência. As contas respeitam os princípios contabilísticos, nacionais e do movimento, sendo auditadas todos os anos. Prestamos contas ao Secretariado Internacional da Amnistia Internacional (Londres), à Presidência do Conselho de Ministros e a todos ao membros e apoiantes. Todos os documentos relativos às contas estão disponíveis em www.amnistia.pt.

IRS ?

Já começou o período de entrega do IRS e é normal surgirem algumas questões relativamente à dedução dos nossos donativos ou à consignação dos 0,5% do nosso imposto liquidado. Este ano decorre entre 1 de abril e 31 de maio de 2018. **Veja aqui a resposta às perguntas mais frequentes:**

O QUE É ISSO DE CONSIGNAR 0,5% DO MEU IRS A FAVOR DA AMNISTIA INTERNACIONAL PORTUGAL?

Não podemos pagar impostos e dizer que queremos que o dinheiro que pagámos seja aplicado em determinado fim. A única exceção é esta possibilidade de destinar 0,5% do IRS a uma determinada instituição de utilidade pública à sua escolha, como a Amnistia Internacional. **Não pagamos mais imposto nem recebemos menos com esta opção**, simplesmente escolhemos o destino onde será aplicado esse montante.

COMO POSSO DESTINAR 0,5% DO MEU IRS À AMNISTIA INTERNACIONAL PORTUGAL?

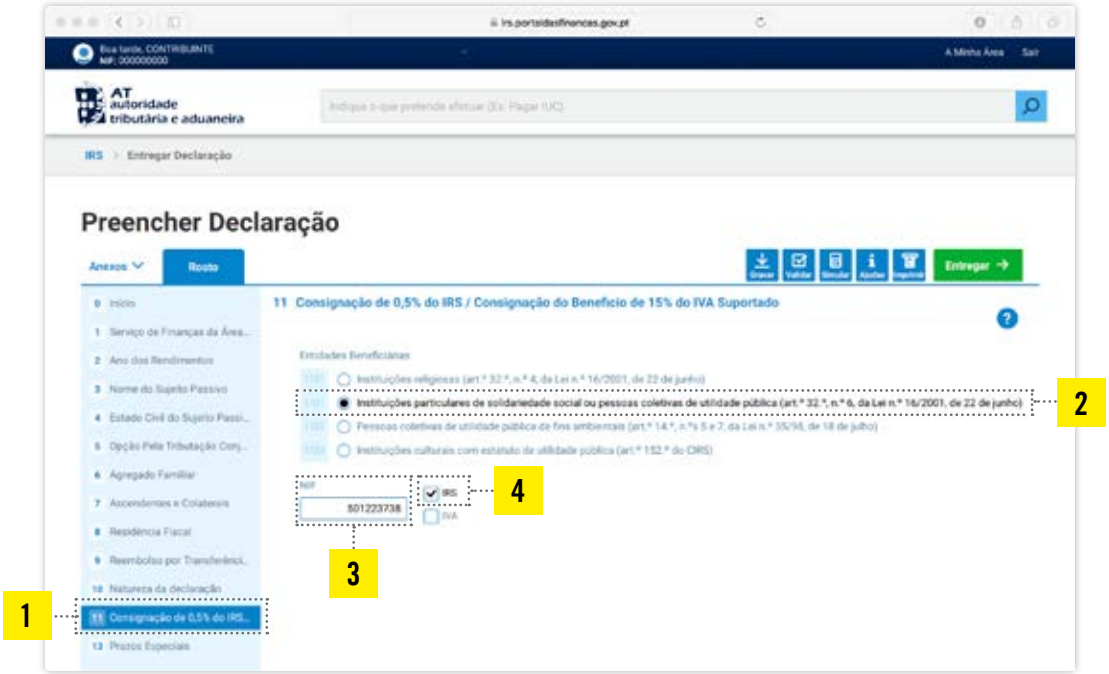
É muito fácil! Ao preencher a sua declaração de IRS, na página de rosto, no "11. Consignação de 0,5% do IRS", seleciona "1101 - Instituições particulares de solidariedade social ou pessoas coletivas de utilidade pública" e coloca o NIF 501 223 738. Seleciona depois a opção IRS. É só isto!

E O QUE ACONTECE SE ESCOLHER TAMBÉM A OPÇÃO DO IVA?

Para além de consignar os 0,5% do IRS sem qualquer custo para si, pode ainda adicionar um donativo relativo aos 15% do IVA reembolsado em faturas. Para tal é só selecionar a opção IVA. Neste caso, abdica deste valor. Se apenas selecionar "IRS", não tem qualquer custo.

COMO POSSO DEDUZIR OS MEUS DONATIVOS?

Para deduzir o valor dos seus donativos em sede de IRS, basta preencher o Quadro 6 do Anexo H da sua declaração de IRS (código 613). A Amnistia enviará uma declaração de donativos sempre no início do ano. Todos os seus donativos são dedutíveis em sede de IRS. Sendo a AI uma instituição de Utilidade Pública, encontra-se abrangida pelo Estatuto de Benefícios Fiscais.



Tem questões, dúvidas ou quer saber mais? **irs.amnistia.pt**

TÃO FÁCIL E SEM QUALQUER CUSTO,

BASTA DESTINAR 0,5% DO SEU IRS À AMNISTIA INTERNACIONAL.

Quando estiver a preencher a declaração de IRS, no **Modelo 3**, escolha o **Quadro 11** e coloque uma cruz ☒ e o NIF **501 223 738** no **Campo 1101**. **Sem qualquer custo** ou perda fiscal.

Saiba como em:
irs.amnistia.pt

AMNISTIA INTERNACIONAL